



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

**ATA Nº 24/2022 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 30/06/2022** - Ata de Reunião

da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, realizada às dezessete horas do dia trinta de junho de dois mil e vinte e dois, na qual reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de nomeação nº 012/2021 do Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente), Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Carolina Veronezi Cavalcante Carneiro, Daniel Barros Valdez, Hélida Marcia da Costa Mendonça Damasceno, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.** Esta reunião está seguindo todos os protocolos de prevenção\* ao Covid-19 conforme normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), reunião realizada de forma presencial, com espaçamento entre os membros, máscara e álcool em gel. **ABERTURA:** Aberta a reunião foi realizada a chamada pelo Presidente **Dr. Adilson Gusmão dos Santos** estando presentes todos os membros. Logo após, foi tratado o seguinte tema: **I – Processo Administrativo nº 310.015/2022, referente a Revisão de Aposentadoria protocolado pela servidora aposentada Sra. Mirene Pinto de Souza Ramos, formulado em 06/01/2022, através dos processos 310.016/2022 e 310.015/2022.** **INTRODUÇÃO:** Na condução da pauta, assumiu a palavra o presidente **Dr. Adilson Gusmão** que iniciou a reunião informando a todos que o processo foi encaminhado pelo Diretor Previdenciário Dr. Júlio Cesar Viana Carlos, datado em 02 de junho 2022 conforme transcrito: *“Conforme verifica-se no presente processo 0756/2009, em anexo, a Junta médica pela aposentadoria em 27/05/2009, conforme fl.02, as portarias concessórias das aposentadorias foram publicadas em 18/07/2009 e 21/07/2009, conforme fls. 15 e 17, processo 0756/2009, referente as matrículas 6417 e 8487 respectivamente. Em 16/01/2010 foram publicadas as portarias 004/2010 e 005/2010 retificando as acima. Já em 21/02/2019, a requerente protocolou revisão de aposentadoria através do processo 310389/2019, alegando, inicialmente, que tinha direito à aposentadoria integral. Este Diretor Previdenciário, ao tomar conhecimento do presente processo, 310389/2019, visto que o mesmo fora anexado ao processo principal sem qualquer despacho, solicitou que a requerente apresentasse subsídios para o pedido, visto que a*

1



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

32 requerente só juntou aos autos simples petição, sem apresentar qualquer documento que  
33 colaborasse com tal pedido fls. 03. O assessor previdenciário, após contato com a  
34 requerente, certificou em fls. 02 verso, que a requerente queria na verdade era revisão para  
35 retornar ao trabalho, visto que se considerava apta. A requerente por sua vez, protocolou  
36 ainda os processos 310.016/2022 e 310.015/2022 solicitando reversão de aposentadoria.  
37 Estes processos foram encaminhados para junta médica. Após a requerente passar por  
38 junta médica, foi considerada em plenas condições de exercícios laboral das atividades,  
39 conforme laudos anexados nos dois processos. Ocorre, que nesse mesmo relatório, a junta  
40 médica ao artigo 13 da lei complementar 011/98, a qual limita em 10 anos o direito a  
41 reversão de aposentadoria. Inconformada com a tal menção acima, a requerente  
42 protocola através de seu representante legal, petição alegando causa de suspensão da  
43 prescrição e requerendo a reversão da aposentadoria. Ante ao exposto, encaminho os  
44 processos 310.016/2022 e 310.015/2022 presentes para manifestação dessa ilustre  
45 comissão". Os membros após análise e debate destacam os seguintes pontos: **1)** Ao  
46 analisar o processo 310.389/2019, foi constatado em fl.03 um requerimento no qual a  
47 servidora aposentada Mirene Pinto de Souza Ramos, vem requerer junto ao Instituto  
48 **REAJUSTE E REVISÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DAS MATRICULAS**  
49 **6417 E 8487** (grifo nosso), conforme transcrito: "Venho através desta requerer reajuste e  
50 revisão da aposentadoria por invalidez das matrículas 6417, 8487, visto que minha  
51 aposentadoria foi proporcional e quando entrei em contrato de trabalho era regido por outro  
52 estatuto e me dava direito a aposentadoria integral. Mesmo por invalidez não constante das  
53 doenças relacionadas do trabalho", datado em 21/02/2019. **2)** Acostado em fl. 08 do  
54 referido processo uma procuração dando poderes para representar em repartições públicas  
55 da Servidora Mirene Pinto de Souza Ramos ao seu advogado o Dr. Lucas Sales Ferreira  
56 Gomes, o mesmo solicitou cópia e vista do referido processo. **3)** Os membros ao analisar o  
57 processo 310.389/2019, foi constatado que a servidora não solicitou reversão de  
58 aposentadoria e sim, **reajuste** (grifo nosso), dos seus vencimentos e não foi localizado junto  
59 aos autos o cumprimento do despacho exarado pelo Diretor Previdenciário Dr. Júlio-Cesar  
60 Viana Carlos em fl. 03, datado em 26/01/2022, no qual solicita subsidio legal para embasar o  
61 pedido realizado pela requerente. **4)** Ao analisar os processos nº 310.015/2022 de  
62 06/01/2022 referente a matrícula 8487 e o protocolo 310.016/2022 referente a matrícula  
63 6417, pode ser constatar que a servidora aposentada solicitou reversão da aposentadoria.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

64 5) Foi constatado que consta nos autos dos processos 310.015/2022 e 310.016/2022 o  
65 Resultado de Exame Médico Pericial por Junta Médica, no qual consta a seguinte  
66 observação transcrita: *"A Requerente, do ponto de vista médico-pericial, reúne plenas*  
67 *condições de exercícios laboral nas atividades realizadas anteriormente à sua*  
68 *aposentadoria. Deve ser considerada a Lei Comp. 011/1998, cap. III, que limita a 10 (dez)*  
69 *anos o direito ao pleito, tendo em vista sua aposentadoria em 2009"* datado em 25/05/2022,  
70 no qual compôs a junta médica o Dr. Sergio Osmar Pina Servino e a Dra. Mariana Guerra.  
71 6) Acostado em fls. 18 a 23 uma petição feita pelo procurador Dr. Lucas Sales conforme  
72 transcrito: **"MIRENE PINTO DE SOUZA RAMOS**, *ja qualificada nos autos do processo em*  
73 *epigrafe, vem, a presença de V. Exa., em atendimento ao r. Relatório de Exame Medico*  
74 *Pericial por Junta Medica, informar e requerer o que segue. I DOS FATOS: No ano de 2004*  
75 *inicia -se na servidora um quadro de metatarsalgia bilateral, que levou ao seu afastamento*  
76 *das atividades laborativas, atraves de licença medica e atestados. No decorrer das suas*  
77 *atividades laborativas, o quadro foi se agravando, de forma que foi marcada, no ano de*  
78 *2009, uma junta medica para avaliar a servidora. Atraves das Portarias 040/2009 e*  
79 *041/2009, a servidora foi aposentada arbitrariamente por invalidez, tendo sido publicada a*  
80 *aposentadoria no dia 13 de julho de 2009. Cumpre dizer que conforme laudo medico*  
81 *acostado aos autos referente ao processo 78/05, o medico Luiz Alberto Correa Souto, CRM*  
82 *52.202.15-2, solicitou a readaptação da servidora, e que o mesmo nao foi efetivado. Assim,*  
83 *a servidora continuou desempenhando suas funções em sala de aula, agravando suas*  
84 *dores, o que culminou no processo de aposentadoria acima citado, no ano de 2009. No mês*  
85 *de junho do mesmo ano, foi solicitado pela servidora revisão da junta medica, pedindo sua*  
86 *readaptação - o que foi negado e decidido por manter a aposentadoria por invalidez. Nesta*  
87 *mesma data foi colocado pelos médicos que assistiram a requerente - atraves de laudos*  
88 *medicos a sua condição de saúde mental - e que seria agravada devido ja estar*  
89 *psicologicamente abalada com a decisao da aposentadoria arbitraria, conforme laudo*  
90 *medico que segue em anexo. A servidora se viu completamete traumatizada pela negativa*  
91 *dos medicos da junta medica, levando-a a perder total motivação pela vida profissional e*  
92 *abandonando o seu empenho para retomar ao trabalho. No ano de 2012 encontrou forças e*  
93 *requereu uma certidão de inteiro teor do processo de aposentadoria por invalidez, mas pela*  
94 *falta de confiança devido ter ouvido dois médicos da junta médica que seria impossivel o seu*  
95 *retorno às atividades laborativas, desistiu e não abriu protocolo administrativo, sentindo-se*

3





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

96 desprotegida e sem expectativa de ter a ajuda necessária, resolveu não abrir o processo na  
97 época. Somente no ano de 2019, na tentativa da marcação de uma nova junta medica, **foi**  
98 **orientada por um dos funcionarios da macaprev** que abrisse um processo solicitando  
99 REVISÃO de aposentadoria, e somente quando solicitado pelo órgão apresentaria os laudos  
100 medicos. Com essas orientações e sem nenhuma assistencia juridica e ainda sob impacto  
101 emocional, a requerente deu entrada no processo administrativo mimero 310389/2019, e por  
102 sua ignoriincia juridica e com as informações equivocadas da MACAEPREV, foi induzida ao  
103 erro e requereu REVISÃO da aposentadoria, ao passo que desejava requerer REVERSÃO.  
104 O processo começou a tramitar, entretanto, no mês de março de 2020, a população mundial  
105 foi surpreendida pela Pandemia da Covid-19, de forma que foi publicado o Decreto municipal  
106 n° 39/2020, decretando situação de emergência no municipio, suspendendo todas as  
107 atividades laborais no ambito publico e privado. Após normalizar as atividades no setor  
108 público, a requerente foi ao órgão buscar informações acerca do seu processo, onde foi  
109 orientada por um funcionario a abrir outro processo, visto que o processo anteriormente  
110 aberto tinha a causa de pedir diversa da finalidade, mas que o novo processo seria anexado  
111 n° 310389/2019. Assim a servidora deu entrada no pedido de REVERSAO atraves dos  
112 processos n° 310015/22 e 310016/22, que conforme informado, ficariam apensados ao  
113 processo de numero 310389/2019. Segue trecho da conversa via WhatsApp da requerente e  
114 do funcionario da Macaeprev: "Vou printar o numero dos processos de reversão e colocar  
115 neste de 2019 310.389/2019." Em anexo segue o print das conversas na integra. II. **DA**  
116 **EVOLUÇÃO DA MEDICINA**. A definitividade da invalidez não é considerada absoluta pela  
117 doutrina e nem pela legislação, já que "como a medicina evolui a cada dia, com novos  
118 medicamentos e tratamentos mais eficazes, e possível que o segurado, hoje invalido, venha  
119 a recuperar alguma capacidade laborativa" (CASTRO & LAZZARI, 2013, pp. 593-594). Tanto  
120 e assim que os Estatutos de Servidores preveem o instituto da reversão consistente no  
121 provimento de cargo público em decorrência da recuperação da capacidade laboral do  
122 servidor que estava aposentado por invalidez. A superveniência de cura ou mesmo de  
123 melhora na saúde que permita ao servidor o retorno ao trabalho autoriza o cancelamento da  
124 aposentadoria e o retorno à ativa do servidor por meio da reversão, desde que o servidor  
125 ainda não tenha atingido a idade para a aposentadoria compulsória, já que essa se constitui  
126 em limite máximo para sua permanência no exercício das atribuições de seu cargo efetivo.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

127 Senão, vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.  
128 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVERSAO. REQUISITOS. REABILITAÇÃO. I.  
129 Apelação em face de sentença que julgou procedente o pedido para declarar a nulidade do  
130 ato de aposentadoria de servidora pública aposentada por invalidez, determinando seu  
131 retorno as atividades laborais. 2. A reversão e modalidade de provimento derivado de cargo  
132 público, pela qual o servidor aposentado reingressa a atividade. 3. No caso de  
133 aposentadoria por invalidez, a reversão pressupõe a reabilitação do servidor e o não  
134 implemento do prazo de 05 (cinco) anos. 4. A perícia médica realizada em Juízo supre a  
135 exigência legal de que a reabilitação do servidor seja constatada por Junta Médica Oficial,  
136 tendo em vista que os atos do Perito Judicial, de igual modo, gozam de imparcialidade e de  
137 presunção de veracidade. 5. Constatando-se em perícia médica judicial a presença dos  
138 requisitos legais, notadamente a reabilitação da servidora aposentada por invalidez, impõe-  
139 se a sua reversão ao cargo. 6. Apelação Cível conhecida e desprovida. **III – DA**  
140 **READAPTAÇÃO:** A servidora foi acometida por metatarsalgia bilateral, CID-77.4. Cumpre  
141 dizer que a doença não requer afastamento labor ativo por aposentadoria por invalidez, pois  
142 existe casos na jurisprudência que possibilitam a readaptação não funcional. Conforme dispõe a  
143 Lei Complementar 015/99, em seus artigos 86 e 88, o servidor deve ser readaptado em suas  
144 funções laborativas antes de ser aposentado por invalidez. Conforme exposto, a servidora  
145 foi arbitrariamente aposentada por invalidez, visto não ter sido seguido o que diz os artigos  
146 citados, bem como o laudo médico requerendo a sua readaptação trazendo inúmeros  
147 transtornos à requerente. Assim, de acordo com os laudos que seguem em anexo, há o  
148 pedido médico de readaptação da servidora e outro requerendo a efetivação da  
149 readaptação. **IV - DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS**  
150 **PREVIDENCIÁRIOS:** Em se tratando de benefícios previdenciários, nos quais se presume a  
151 hipossuficiência do requisitante, bem como o caráter de justiça social dos seus benefícios,  
152 e aplicado o princípio da fungibilidade dos benefícios previdenciários. Com base nesse  
153 princípio, mesmo que a servidora no ano de 2019 tenha ingressado com um requerimento  
154 de REVISÃO de aposentadoria, deve ser reconhecida sua pretensão em ingressar com um  
155 requerimento de REVERSAO, visto que o servidor deve levar em conta a vontade do  
156 segurado, assim e fungível o requerimento da servidora. Senão vejamos: EMENTA:  
157 APELAÇÃO CÍVEL - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – CONCESSÃO DE AUXÍLIO-  
158 ACIDENTE - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS

5



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

159 BENEFÍCIOS PREVIDENCIA.RIOS - TERMO INICIAL DO AUXÍLIO-ACIDENTE - DIA  
160 SEGUINTE A CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. O julgador não fica adstrito ao pedido  
161 autoral, podendo conceder benefício diverso daquele postulado pelo segurado, não apenas  
162 em face do caráter social da Previdência, como também por for a do princípio da  
163 fungibilidade dos benefícios previdenciários. Preenchidos os requisitos do art. 86 da Lei  
164 8.213/91, por meio do laudo pericial e documentos juntados aos autos, e de se concluir pela  
165 manutenção da sentença que concedeu o auxílio-acidente ao segurado. O termo inicial para  
166 concessão do auxílio-acidente deverá ser o dia seguinte a cessação do auxílio-doença, nos  
167 termos do § 2º, artigo 86, da Lei 8.213/91.> (TJ-MG - AC: 10000211985676001 MG,  
168 Relator: Jose Augusto Loureny0 dos Santos, Data de Julgamento: 03/02/2022, Câmaras  
169 Cíveis / 12• CAMARA cível, Data de Publicação 09/02/2022). V. **DA SUSPENSÃO DO**  
170 **PRAZO PRESCRICIONAL:** Conforme dispõe a Lei Complementar 011/98, capítulo III, artigo  
171 13, parágrafo único, o prazo prescricional para o servidor requerer a reversão da  
172 aposentadoria e de 10 (dez) anos. A servidora foi aposentada através das Portarias  
173 040/2009 e 041/2009, tendo sido publicada no Diário Oficial a aposentadoria no dia  
174 13/07/2009. Assim, tendo em vista o prazo decenal, a prescrição do pedido de reversão da  
175 servidora se daria no dia 13/07/2019. Ocorre que, a requerente, conforme informado, deu  
176 entrada em 21/02/19 no pedido de revisão da aposentadoria. Conforme dito, o pedido de  
177 revisão foi equivocado, visto que a mesma desejava ver a reversão da aposentadoria.  
178 Assim, tendo em vista a abertura do processo nº 310389/2019, e o princípio da fungibilidade  
179 dos benefícios previdenciários, a servidora suspendeu o prazo prescricional, visto que este  
180 ainda está em tramitação, nos moldes do artigo 4º, Decreto 20910/32. Senão, vejamos:  
181 APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDEBITO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO  
182 AUTURAL - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SUSPENSÃO DO PRAZO  
183 PRESCRICIONAL ATÉ RESPOSTA DEFINITIVA DA ADMINISTRAÇÃO INTELIGENCIA  
184 DO ART. 4º, DO DECRETO 20910/32 - IMPROVIMENTO DO APELO -  
185 MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - UNÂNIME. - A existência de requerimento administrativo  
186 suspende o curso do prazo prescricional até a resposta definitiva da administração. (TJ-SE -  
187 AC: 2011209278 SE, Relator: DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO, Data  
188 de Julgamento: 04/07/2011, 1º. CAMARA CÍVEL) VI. DA JUNTA MÉDICA: No dia 25/05/22,  
189 a servidora foi submetida a uma junta médica tendo como envolvidos os médicos Dra.  
190 Mariana Guerra, CRM 52.771133-3 e o Dr. Sergio Osmar Pina Servino, CRM 52.30411-7.





Estado do Rio de Janeiro  
Município de Macaé  
Instituto de Previdência Social  
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de  
Concessão de Benefícios em Matéria  
Previdenciária de Complexidade

191 Conforme relatório de exame médico pericial, a servidora foi declarada assintomática e  
192 com plenas condições de exercício da função laborativa anterior a aposentadora por  
193 invalidez, estando, portanto, APTA para voltar as suas atividades. **VII. DOS PEDIDOS:**  
194 Diante de todo o exposto, a servidora requer: a) O reconhecimento da causa de  
195 suspensão do prazo prescricional, com base no princípio da fungibilidade dos benefícios  
196 previdenciários e o artigo 4º, Decreto 20910/32, tendo o mesmo sido suspenso no dia  
197 21/02/19, tendo em vista a abertura do processo nº 310389/2019; b) A reversão da  
198 aposentadoria por invalidez da servidora, tendo em vista a alta por junta médica,  
199 reconduzindo-a aos quadros dos servidores municipais, datado em 02 de junho de 2022.  
200 Pelo Procurador da servidora o Dr. Lucas Sales Ferreira Gomes, OAB/RJ 230.987" 7) O  
201 membro **Dr. Túlio Barreto**, ressalta que após a leitura da petição feita pelo Procurador da  
202 requerente, Dr. Lucas Sales, solicita junto aos membros, que seja concedido ao mesmo,  
203 vista o referido processo para uma análise mais detalhada. estando todos os membros de  
204 acordo. **CONCLUSÃO:** 1) Considerando todos os fatos acima expostos, bem como a  
205 análise dos autos, após debates, os membros por unanimidade, pelo SOBRESTAMENTO  
206 para análise do membro Dr. Tulio Barreto e posterior considerações dos demais membros  
207 na próxima reunião. Nada mais havendo, às dezoito horas e quinze minutos, foi dada como  
208 encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila Rosemere Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei  
209 a presente Ata sendo assinada por mim e pelos demais Membros presentes que estão de  
210 acordo com a presente.

211  
212  
213 Adilson Gusmão dos Santos

Hélida Marcia da Costa Mendonça Damasceno

214  
215 Carolina Quintino Teixeira Benjamin

Priscila Rosemere B. de M. Vasconcellos

216  
217 Carolina Veronezi Cavalcante Carneiro

Rodrigo de Oliveira Cavour

218  
219 Daniel Barros Valdez

Túlio Marco Castro Barreto